

Revista Amanhã

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2010 Artigo

A eleição vai influenciar a política econômica?

Para especialistas da Arko Advice, a resposta é sim. No entanto, câmbio flutuante, meta de inflação e o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal permanecem intocáveis

Por: Murillo de Aragão e Cristiano Noronha*

[\[aumentar fonte\]](#) [\[diminuir fonte\]](#)

Neste ano, teremos eleições para presidente da República, governador, dois terços do Senado, deputados federais e estaduais. Uma das perguntas mais frequentes é se o calendário eleitoral pode influenciar a política econômica. Não há dúvida que sim. A Comissão Mista de Orçamento aprovou projeto do Executivo que eleva as despesas com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que poderão ser abatidas da meta de superávit primário em 2010. Segundo a proposta (PLN 90/09), o resultado primário poderá ser reduzido em R\$ 29,8 bilhões.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor já autoriza o abatimento de R\$ 22,5 bilhões da meta. O acréscimo de R\$ 7,3 bilhões refere-se à incorporação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida ao PAC. Com isso, a meta de 2010 para o superávit primário do setor público, fixada em 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB), poderá ser reduzida em 0,9% do PIB. Para o governo central (soma dos resultados do Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), isso significa que a meta de 2,15% pode ser diminuída para 1,25%. Tudo isso foi aprovado com o apoio da oposição.

Mas por que, se tais propostas ajudam o governo? Porque o Congresso Nacional jamais será contrário ao aumento de gastos. Conforme afirmou o ex-deputado Delfim Netto, as generosidades dos parlamentares, principalmente nos anos eleitorais, são incompatíveis com a boa governança fiscal. Outras medidas para estimular a economia, como a prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os carros "verdes" até março e a redução do IPI para móveis e imóveis reduzem a arrecadação e acabam por estreitar o espaço para o esforço fiscal do governo. Isso sem contar com o aumento do salário mínimo e com o reajuste para aposentados que ganham acima desse valor.

Apesar disso, não há hipótese de o governo mexer em outros pilares da política econômica. Câmbio flutuante, meta de inflação e o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal são intocáveis. O presidente Lula sabe que a sua popularidade está ancorada no controle da inflação e no desenvolvimento social que seu governo promoveu. Qualquer coisa que ameace esses dois aspectos não terá o seu aval.

Outra pergunta muito comum é: o presidente Lula permitiria aumento de juros em pleno ano eleitoral? A tendência é que sim. Desde que seja para evitar a inflação. Lula sabe que a volta da inflação poderá ser mortal para a candidatura governista.

Com tantos estímulos e com a própria dinâmica da economia brasileira, espera-se que a economia esteja aquecida este ano. De acordo com pesquisa Focus realizada pelo Banco Central, economistas do mercado financeiro projetam crescimento de 5% do PIB. Eventualmente, os juros poderão ter alguma elevação. Mesmo assim, o governo poderá lançar mão de outras medidas para contornar a questão. Por exemplo, o aumento do depósito compulsório ou, até mesmo, um desaquecimento na oferta de créditos.

Porém, a maior fonte de incerteza e que, sem dúvida, afeta as expectativas econômicas, é quanto ao comportamento do futuro presidente diante dos fundamentos do Plano Real. Entre eles, a autonomia do Banco Central. Tanto FHC quanto Lula são políticos que buscam o consenso. Já Serra, Dilma e, até mesmo, Ciro, são políticos voluntariosos e que tendem a impor suas vontades ao invés de trabalhar pelo consenso. Tal fato, caso se concretize, pode representar uma importante mudança no horizonte da política econômica. Algo que irá reforçar a interação entre a economia e a política em 2010.

**Murillo de Aragão é cientista político e presidente da consultoria Arko Advice; Cristiano Noronha é cientista político e sócio-diretor da Arko Advice*